

### 3º Avaliação do Fundo de Participação dos Municípios (FPM)

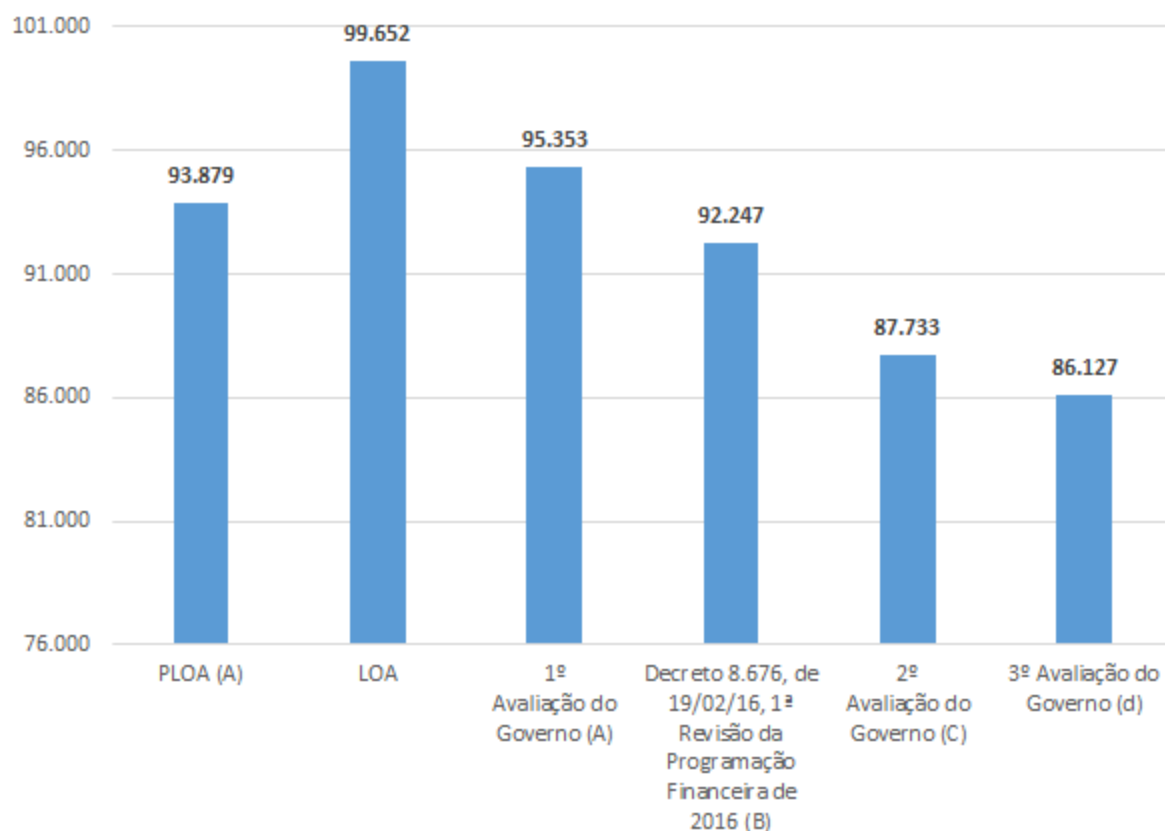
O Ministério do Planejamento divulgou o Relatório de Avaliação Fiscal e Cumprimento de Meta, referente ao 3º bimestre de 2016. Tal relatório demonstrou que as expectativas do Governo Federal para esse ano não são nada animadoras.

De acordo com as determinações da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o Relatório evidência as perspectivas econômicas para o ano, bem como a realização de receitas e despesas orçamentárias, com o objetivo de controlar a obtenção da meta fiscal estabelecida. No entanto, as perspectivas econômicas divulgadas nos relatórios ao longo de 2016, demonstraram-se ainda mais pessimistas quando comparadas às previsões que estavam planejadas no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA).

O Governo vem diminuindo a expectativa do FPM desde a publicação da LOA. Como demonstrado no gráfico abaixo, as projeções vêm sofrendo reduções no decorrer das publicações dos relatórios. Na LOA estimava-se que o FPM seria de R\$ 99,6 bilhões, entretanto neste último relatório, a estimativa é de R\$ 86,1 bilhões, uma **queda** superior a 13%.

Para 2016, o FPM será de **24,5%** do montante arrecadado de IR e IPI, ou seja, estima-se que o total do Fundo para 2016 seja de **R\$ 86,1 bilhões**, considerando neste acumulado os valores referentes aos repasses extras de julho e dezembro.

### Previsão do FPM de 2016



**Fonte:** Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do Ministério do Planejamento - Valores Brutos e Nominais

O cenário seria ainda pior se o Imposto de Renda tivesse uma queda mais significativa. O IR é responsável por mais de 85% do total FPM. Este vinha sofrendo quedas significativas nas estimativas, mas nesse relatório o imposto teve uma queda menos expressiva. Conforme demonstrado na tabela abaixo é possível notar que a expectativa da arrecadação mantém-se pessimista. Na LOA esperava-se uma arrecadação do IR de **R\$ 350,5 bilhões**, já na 3ª avaliação do Governo, esse valor diminuiu para **R\$ 311,6**, uma queda de **11,1%**. Comparando o valor do imposto na 2ª avaliação com o valor do último relatório é possível verificar uma queda de 0,25%.

A estimativa do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) também vem sofrendo diminuição nas suas estimativas, e neste relatório, foi o imposto que mais contribuiu na queda do FPM. Boa parte deste baixo rendimento é explicado pelo fraco desempenho da economia. Na LOA a expectativa de arrecadação era de **R\$ 56,1 bilhões**, no terceiro relatório a estimativa diminuiu para **R\$ 43,3 bilhões**, uma queda de

**22,8%.** Ao analisar o atual relatório com o último, podemos notar que a queda da arrecadação do IPI foi de 5,46%.

**Previsões para o FPM de 2016, de acordo com o GF (R\$ em milhões)**

| Fundo de Participação Municípios    | PLOA (A)       | LOA            | 1º Avaliação do Governo (A) | Decreto 8.676, de 19/02/16, 1ª Revisão da Programação Financeira de 2016 (B) | 2º Avaliação do Governo (C) | 3º Avaliação do Governo (d) |
|-------------------------------------|----------------|----------------|-----------------------------|------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| <b>IPI</b>                          | <b>58.737</b>  | <b>56.175</b>  | <b>52.954</b>               | <b>49.558</b>                                                                | <b>45.874</b>               | <b>43.369</b>               |
| <b>IR</b>                           | <b>324.442</b> | <b>350.570</b> | <b>336.243</b>              | <b>340.014</b>                                                               | <b>312.408</b>              | <b>311.614</b>              |
| <b>Total (IR e IPI)</b>             | 383.179        | 406.744        | 389.197                     | 389.572                                                                      | 358.282                     | 354.983                     |
| <b>1% de FPM - (IR e IPI) - Jul</b> | 3.549          | 3.628          | 3.569                       | 3.569                                                                        | 3.537                       | <b>2.706</b>                |
| <b>1% de FPM - (IR e IPI) - Dez</b> | 3.717          | 3.883          | 3.760                       | 3.896                                                                        | 3.583                       | 3.550                       |
| <b>22,5% de FPM - (IR e IPI)</b>    | 86.612         | 92.142         | 88.024                      | 87.654                                                                       | 80.613                      | 79.871                      |
| <b>Total 24,5% (IR e IPI)</b>       | <b>93.879</b>  | <b>99.652</b>  | <b>95.353</b>               | <b>92.247</b>                                                                | <b>87.733</b>               | <b>86.127</b>               |

Fonte: Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do Ministério do Planejamento

Observação: Valores Brutos e Nominais

Na tabela acima podemos ver valor que foi repassado no início de julho que corresponde, em média, a 0,75% da arrecadação do IPI e do IR de julho de 2015 a junho de 2016. A diferença da projeção do repasse extra do mês de julho, que está demonstrado na tabela acima, se dá pelo fato da CNM ter acreditado no acordo que foi celebrado e estava sempre divulgando a projeção dos valores para 1%.

Por outro lado, o repasse extra estimado para dezembro de 2016 é de **R\$ 3,550 bilhões**. Contudo, vale ressaltar que esses dois repasses não sofrem retenção do FUNDEB, somente o desconto de 1% do PASEP. É válido lembrar que esses recursos são transferências constitucionais e, por isso, devem incorporar a Receita Corrente Líquida (RCL) do Município o que consequentemente, deve respeitar os limites constitucionais em saúde (15%) e educação (25%).

As avaliações bimestrais expostas nos Relatórios são importantes para que os Municípios possam ter noção do comportamento do FPM que, por ser sua principal fonte de receita, tende a ser a maior preocupação dos gestores municipais, uma vez que os valores estimados pelo governo tendem a não se concretizar, agravando ainda mais as dificuldades que envolvem estes Municípios. Diante disso torna-se impossível um planejamento orçamentário.

A Confederação alerta aos gestores que mesmo que esses montantes estimados sejam concretizados, ainda assim, não serão suficientes para conter a crise instaurada nos Municípios brasileiros, pois as despesas estão de forma inversamente proporcional às receitas.